

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PEDRO HENRIQUE DO NASCIMENTO

**CUMPRIMENTO DE METAS ESPECÍFICAS IMPOSTAS PELO FMI E COMO
ELAS FORAM IMPLEMENTADAS NO PERÍODO DE 1980 ATÉ 1994 NO
BRASIL.**

JUIZ DE FORA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PEDRO HENRIQUE DO NASCIMENTO

**CUMPRIMENTO DE METAS ESPECÍFICAS IMPOSTAS PELO FMI E COMO
ELAS FORAM IMPLEMENTADAS NO PERÍODO DE 1980 ATÉ 1994 NO
BRASIL.**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de
Ciências Econômicas da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof. Ângelo Cardoso Pereira.

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nascimento, Pedro Henrique do.

Cumprimento de metas específicas impostas pelo FMI e como elas foram implementadas no período de 1980 até 1994 no Brasil / Pedro Henrique do Nascimento. -- 2023.

41 p.

Orientador: Ângelo Cardoso Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2023.

1. Fundo Monetário Internacional. 2. Comércio Internacional . 3. Brasil. I. Pereira, Ângelo Cardoso, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACECON - Depto. de Economia

FACULDADE DE ECONOMIA / UFJF
ATA DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA II (MONO B)

NA DATA DE 24/11/2023, A BANCA EXAMINADORA, COMPOSTA PELOS PROFESSORES
1 – ÂNGELO CARDOSO PEREIRA - ORIENTADOR; E
2 – JOSÉ SIMÃO FILHO,
REUNIU-SE PARA AVALIAR A MONOGRAFIA DO ACADÊMICO PEDRO HENRIQUE DO
NASCIMENTO,
INTITULADA: CUMPRIMENTO DE METAS ESPECÍFICAS IMPOSTAS PELO FMI E COMO
ELAS FORAM IMPLEMENTADAS NO PERÍODO DE 1980 ATÉ 1994 NO BRASIL.

Após primeira avaliação, resolveu a Banca sugerir alterações ao texto apresentado,
conforme relatório sintetizado pelo orientador. A Banca, delegando ao orientador a
observância das alterações propostas, resolveu APROVAR (APROVAR / NÃO
APROVAR) a referida monografia
ASSINATURA ELETRÔNICA DOS PROFESSORES AVALIADORES



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Cardoso Pereira, Professor(a)**, em
28/11/2023, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do
art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Simao Filho, Professor(a)**, em
29/11/2023, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do
art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf
(www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o
código verificador **1597393** e o código CRC **38EC2125**.

PEDRO HENRIQUE DO NASCIMENTO

**CUMPRIMENTO DE METAS ESPECÍFICAS IMPOSTAS PELO FMI E COMO
ELAS FORAM IMPLEMENTADAS NO PERÍODO DE 1980 ATÉ 1994 NO
BRASIL.**

Projeto de pesquisa apresentado ao
Programa de Graduação em Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Juiz
de Fora, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ângelo Cardoso Pereira.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. José Simão Filho
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Aos meus pais, agradeço por estarem ao meu lado em todos os momentos, por terem acreditado em mim e por terem sido minha fonte inesgotável de motivação.

Aos meus professores, expresso minha gratidão pela paciência, sabedoria e incentivo ao longo dessa jornada acadêmica.

RESUMO

A história do Fundo Monetário Internacional (FMI) desde sua criação após a Segunda Guerra Mundial até seu papel nas crises financeiras contemporâneas é marcada por uma busca contínua por estabilidade e cooperação econômica global. A adaptação do FMI para promover o crescimento e a estabilidade em economias em desenvolvimento destacou a necessidade de abordagens flexíveis diante de desafios em constante evolução. No cenário brasileiro, a crise da dívida nos anos 80 levou o país a buscar soluções por meio de acordos com o FMI, enfrentando dificuldades na implementação das medidas de ajuste. A liberalização comercial e a privatização, embora controversas, conseguiram estabilizar a economia e pavimentar o caminho para o crescimento futuro. Essa crise também evidenciou a conexão intrínseca entre políticas econômicas e circunstâncias políticas. O Plano Brady, introduzido em 1989, trouxe a securitização da dívida como forma de reestruturar as obrigações dos países endividados. No entanto, a eficácia desse plano variou entre as nações, ressaltando a complexidade das respostas necessárias durante crises financeiras. O Consenso de Washington, paralelo ao Plano Brady, promoveu políticas econômicas destinadas à estabilidade e ao crescimento. O Brasil implementou essas políticas na década de 90, mas seus resultados e impactos foram amplamente debatidos, ilustrando as complexas interações entre ações econômicas, políticas e sociais. A trajetória do FMI e as experiências do Brasil refletem a necessidade de abordagens multidimensionais para enfrentar crises econômicas complexas. Essas abordagens devem levar em consideração a interdependência das economias globais, as realidades políticas internas e a evolução das circunstâncias econômicas.

Palavras-Chave: Fundo Monetário Internacional, comércio internacional, Brasil.

ABSTRACT

The history of the International Monetary Fund (IMF) from its creation after World War II to its role in contemporary financial crises is marked by an ongoing quest for global economic stability and cooperation. The IMF's adaptation to promote growth and stability in developing economies underscored the need for flexible approaches in the face of ever-evolving challenges. In the Brazilian context, the debt crisis in the 1980s prompted the country to seek solutions through agreements with the IMF, facing difficulties in implementing adjustment measures. While controversial, trade liberalization and privatization managed to stabilize the economy and lay the groundwork for future growth. This crisis also highlighted the intrinsic connection between economic policies and political circumstances. The Brady Plan, introduced in 1989, brought debt securitization as a means to restructure the obligations of heavily indebted countries. However, the effectiveness of this plan varied among nations, underscoring the complexity of the responses required during financial crises. The Washington Consensus, parallel to the Brady Plan, advocated economic policies aimed at stability and growth. Brazil implemented these policies in the 1990s, but their outcomes and impacts were widely debated, illustrating the intricate interplay between economic, political, and social actions. The trajectory of the IMF and Brazil's experiences reflect the need for multidimensional approaches to tackle complex economic crises. These approaches must consider the interdependence of global economies, domestic political realities, and the evolution of economic circumstances.

Keywords: International Monetary Fund, international trade, Brazil

LISTA DE TABELA

TABELA 1 – Apresentação dos Brady Bonds.....	28
---	-----------

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)	12
3. DISCUSSÕES E NEGOCIAÇÕES ENTRE O BRASIL E O FMI NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80	15
3.1. CONTEXTO ECONÔMICO BRASILEIRO – 1979 A 1982	15
3.2. ANOS 1980: A CRISE DA DÍVIDA BRASILEIRA.....	17
3.3. ACORDOS COM O FMI – 1983 A 1985.....	19
4. DESENVOLVER DA CRISE ECONÔMICA DO BRASIL.....	26
4.1 PLANO BRADY.....	27
i. 4.1.1 Consenso de Washington	28
4.2 APLICAÇÃO DO PLANO BRADY NO BRASIL	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo analisar o cumprimento das metas específicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil no período de 1980 a 1994. Durante esse período, o Brasil enfrentou desafios econômicos significativos, incluindo altos níveis de inflação, instabilidade financeira e desequilíbrios macroeconômicos. Para lidar com essas questões, o governo brasileiro recorreu ao apoio do FMI, que impôs metas e condicionalidades específicas como parte dos acordos de empréstimo.

O cumprimento das metas impostas pelo FMI ao Brasil no período em questão é um tema relevante para compreender o papel desempenhado pelo Fundo na economia brasileira e os efeitos das políticas adotadas pelo país. Ao analisar esse cumprimento, busca-se investigar se as medidas adotadas pelo governo brasileiro resultaram em benefícios econômicos e se houve impactos significativos em áreas como inflação, estabilidade econômica, imagem do país perante investidores estrangeiros, déficit fiscal, desemprego, desigualdades sociais e regionais, e competitividade da indústria nacional.

Os objetivos específicos dessa pesquisa incluem a identificação das metas e condicionalidades impostas pelo FMI, bem como a análise das políticas adotadas pelo governo brasileiro para cumprir essas metas. A hipótese a ser testada é que o cumprimento das metas específicas impostas pelo FMI ao Brasil no período de 1980 a 1994 teve impactos significativos na economia brasileira, resultando em mudanças na política econômica e em seu desempenho macroeconômico. Serão levantados dados e evidências para testar essa hipótese e chegar a conclusões consistentes e fundamentadas sobre o tema. É possível que alguns dos impactos positivos tenham incluído a redução da inflação, a estabilização da economia e a melhoria da imagem do país perante investidores estrangeiros, além da redução do déficit fiscal e da modernização das políticas econômicas adotadas pelo Brasil. No entanto, também é possível que tenham ocorrido impactos negativos, como o aumento do desemprego devido a políticas de austeridade, o agravamento das desigualdades sociais e regionais e o enfraquecimento da indústria nacional em relação à concorrência internacional.

A escolha desse tema é fundamentada pela relevância que ele tem para a compreensão das políticas econômicas adotadas pelo Brasil durante o período de 1980 a 1994. De acordo com o Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil passou por um período de inflação elevada, o que motivou a adoção de políticas econômicas voltadas para a estabilização dos preços e a modernização da economia do país.

Segundo Araújo (2015), as mudanças implementadas pelo Brasil nesse período foram influenciadas pelas condicionalidades e metas específicas impostas pelo FMI, que teve um papel importante na orientação da política econômica do país. A implementação dessas metas envolveu uma série de reformas estruturais, como a abertura comercial e financeira e a modernização do sistema financeiro, que buscavam melhorar o desempenho econômico do Brasil.

No entanto, algumas políticas adotadas para o cumprimento das metas impostas pelo FMI também tiveram impactos negativos na economia e na sociedade brasileira. De acordo com Araújo (2015), as políticas de austeridade adotadas para o controle das contas públicas geraram forte retração na atividade econômica.

A metodologia adotada nesta pesquisa consiste em uma análise documental e revisão bibliográfica dos programas de ajuste do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil entre 1980 e 1994. O objetivo é compreender criticamente a relação desses programas com o contexto histórico, econômico e político do país.

Para embasar essa pesquisa, realizou-se uma revisão da literatura, consultando artigos científicos, livros e relatórios de organizações internacionais. Essa revisão permitiu obter uma visão geral das políticas econômicas adotadas no Brasil durante o período em questão, bem como dos impactos dos programas de ajuste do FMI e da relação entre o Fundo e o país.

Além da revisão bibliográfica, foram utilizadas fontes secundárias como complemento para a análise como o site do FMI onde estão disponibilizados relatórios sobre a situação econômica dos países membros, incluindo o Brasil, e os programas de ajuste acordados entre o Fundo e os governos.

Outra fonte importante foram as atas de reuniões entre o FMI e o governo brasileiro. Tais documentos fornecem informações sobre as negociações entre as partes e as condições impostas pelo Fundo, revelando os aspectos políticos e estratégicos envolvidos nas discussões e na implementação dos programas de ajuste.

A análise dos acordos firmados entre o FMI e o Brasil também foi fundamental uma vez que especifica as condições para a concessão de empréstimos e as metas a serem cumpridas pelo país. Esses documentos permitem compreender os compromissos assumidos pelo governo brasileiro perante o Fundo e como eles influenciaram as políticas econômicas adotadas no período.

2. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Sobre a origem do FMI podemos entender que:

Quando delegações de 44 países se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944, para estabelecer instituições para governar as relações econômicas internacionais após a Segunda Guerra Mundial, evitar uma repetição dos fracassos da conferência de paz de Paris estava em suas mentes. A criação de um Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ajudaria a restaurar a atividade econômica, enquanto a criação de um Fundo Monetário Internacional ajudaria a restaurar a conversibilidade da moeda e o comércio multilateral. Remover as barreiras ao comércio, como previsto por Wilson um quarto de século antes, não era suficiente. Entendeu-se agora ser necessária uma cooperação mais ativa e institucionalizada (BOUGHTON, 2004, p.3, tradução livre).¹

Com o objetivo de restaurar a atividade econômica e a conversibilidade da moeda, os delegados pediram o estabelecimento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional. Essas instituições são responsáveis por promover a cooperação econômica e a estabilidade financeira entre seus países membros.

O estabelecimento dessas instituições marcou um ponto de virada nas relações econômicas internacionais e ajudou a garantir a estabilidade financeira e o desenvolvimento econômico em muitos países.

De acordo com INTERNATIONAL MONETARY FUND (2020), em *Articles of Agreement of the International Monetary Fund*, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem como propósito principal promover a cooperação monetária internacional por meio de uma instituição permanente que forneça mecanismos de consulta e colaboração sobre problemas monetários internacionais (i). Além disso, o FMI busca facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional para contribuir para a promoção e manutenção de altos níveis de emprego, renda real e ao

¹ "When delegations from 44 countries met at Bretton Woods, New Hampshire in July 1944 to establish institutions to govern international economic relations in the aftermath of the Second World War, avoiding a repeat of the failings of the Paris peace conference was very much on their minds. Creation of an International Bank for Reconstruction and Development would help restore economic activity, while creation of an International Monetary Fund would help restore currency convertibility and multilateral trade. Removing the barriers to trade, as envisaged by Wilson a quarter century earlier, was not enough. A more active and institutionalized cooperation was now understood to be needed." (BOUGHTON, 2004, p.3).

desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros como objetivos primordiais da política econômica (ii).

Outro propósito importante do FMI é promover a estabilidade cambial, mantendo arranjos cambiais ordenados entre os membros e evitando a depreciação cambial competitiva (iii). Para alcançar essa estabilidade, o FMI auxilia no estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos referente a transações correntes entre os membros e na eliminação de restrições cambiais que impedem o crescimento do comércio mundial (iv).

O FMI também é responsável por dar confiança aos seus membros, colocando os recursos gerais do Fundo temporariamente à sua disposição sob salvaguardas adequadas, dando-lhes a oportunidade de corrigir desajustes em sua balança de pagamentos sem recorrer a medidas destrutivas da prosperidade nacional ou internacional (v). Com isso, o FMI visa encurtar a duração e diminuir o grau de desequilíbrio nas balanças internacionais de pagamentos dos membros (vi).

Com base na descrição dos objetivos iniciais da organização, estes estavam alinhados com a necessidade da época, quando o mundo estava se recuperando da Segunda Guerra Mundial e precisava de uma entidade capaz de coordenar as políticas econômicas dos países e evitar crises cambiais. (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020).

Afirma em um comentário no Fórum Econômico Mundial de 2008 o ex-diretor do FMI, Dominique Strauss-Kahn, “Não podemos falar dia após dia sobre globalização sem ter em mente que precisamos de soluções multilaterais” (REUTERS, 2008). Nesse sentido, o papel do FMI é fundamental na busca por essas soluções. Com o surgimento de novas economias em desenvolvimento, o FMI teve que adaptar sua abordagem para incluir o apoio ao desenvolvimento econômico e à estabilidade financeira desses países. Isso é crucial para garantir um crescimento sustentável e equilibrado da economia global e para evitar crises financeiras que possam afetar todo o mundo.

No contexto das obrigações dos membros estabelecidas no Artigo IV do Acordo Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, reconhece-se que o objetivo

primordial do sistema monetário internacional reside na facilitação das trocas de bens, serviços e capital entre nações, visando sustentar um crescimento econômico sólido. Para isso, o compromisso de colaboração entre os membros e o Fundo é essencial para assegurar arranjos cambiais ordenados e promover a estabilidade do sistema de taxas de câmbio. Nesse sentido, os membros devem orientar suas políticas econômicas e financeiras para a promoção de um crescimento ordenado com estabilidade de preços, além de fomentar condições econômicas e financeiras sólidas que evitem perturbações abruptas. Ademais, é fundamental evitar a manipulação de taxas de câmbio e do sistema monetário internacional com o intuito de impedir ajustes equilibrados nos balanços de pagamentos ou obter vantagens competitivas injustas. As políticas cambiais adotadas pelos membros devem estar em consonância com esses princípios fundamentais delineados no referido artigo do acordo, reforçando a importância da estabilidade e cooperação no âmbito econômico global.

O primeiro tipo de empréstimo do FMI com o qual o Brasil se deparou foi o Acordo Stand-By (SBA). Esse tipo de acordo é destinado a ajudar os países a enfrentar problemas de curto prazo em seu balanço de pagamentos. Os programas baseados em acordos SBA têm metas específicas para solucionar esses problemas, e os desembolsos do FMI estão condicionados ao cumprimento dessas metas, o que é conhecido como "condicionalidade". Os SBAs geralmente têm duração de 12 a 24 meses e os pagamentos ao FMI são programados para ocorrer entre 3¼ e 5 anos após o desembolso. Além disso, esses acordos podem ser estabelecidos de forma preventiva, o que significa que o país tem a opção de não sacar os recursos aprovados, mas mantém essa opção caso a situação se deteriore. O escalonamento flexível dos saques permite que o país concentre o acesso aos recursos no início do programa.

O segundo tipo de empréstimo do FMI é o Programa de Financiamento Ampliado (EFF). Este programa foi criado em 1974 para ajudar os países a resolver problemas de longo prazo em seu balanço de pagamentos, que geralmente resultam de distorções profundas que requerem reformas econômicas fundamentais. Os acordos EFF têm um prazo mais longo em comparação com os SBAs, normalmente estendendo-se por três anos. Os empréstimos efetuados sob o EFF devem ser amortizados em um período de 4½ a 10 anos a partir da data do desembolso.

3. DISCUSSÕES E NEGOCIAÇÕES ENTRE O BRASIL E O FMI NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80

Durante os anos 80, o Brasil enfrentou graves problemas econômicos, incluindo uma crise da dívida externa que levou o país a buscar ajuda do FMI. O FMI, por sua vez, ofereceu empréstimos ao Brasil para ajudá-lo a financiar seu déficit em conta corrente e implementar reformas estruturais. Essas reformas incluíram a liberalização comercial e a privatização de empresas estatais, com o objetivo de aumentar a eficiência e competitividade da economia brasileira.

3.1. CONTEXTO ECONÔMICO BRASILEIRO – 1979 A 1982

Em um relatório de 1985, o FMI descreveu a situação econômica do Brasil como um “quadro de desequilíbrios crônicos”, destacando-se a necessidade de ajustes macroeconômicos para reduzir a inflação e controlar o déficit externo. O relatório também mencionou a importância da liberalização comercial e da privatização como medidas para melhorar a eficiência e a competitividade da economia brasileira.

Essas reformas foram controversas e enfrentaram forte resistência política e social no Brasil. No entanto, o País acabou implementando muitas das políticas recomendadas pelo FMI, o que ajudou a estabilizar sua economia e estabelecer as bases para um período de crescimento econômico nos anos 90.

Em 1979, com o aumento dos preços do petróleo e dos juros, o sistema financeiro global começou a ter dificuldades em conceder empréstimos, o que levou muitos países a ter que refinar suas dívidas. Esse processo acabou pressionando ainda mais as bases de criação de crédito. Com as taxas de juros elevadas, os países altamente endividados tiveram dificuldades financeiras significativas, o que aumentou o risco dos países credores. Na década de 1980, o Brasil enfrentou a crise da dívida, que foi resultado desses desequilíbrios financeiros globais (SILVA, 2017).

Além das dificuldades enfrentadas no contexto internacional, o Brasil se deparou com um agravamento dos desequilíbrios em suas contas públicas e uma grande carga de pagamento de juros e amortizações da dívida externa, decorrente do

processo de endividamento durante a fase de crescimento econômico da década anterior (CURI, 2015).

A crise do petróleo de 1979 teve um impacto significativo na economia brasileira, especialmente em relação às transações correntes. Além disso, a política adotada pelo Federal Reserve dos Estados Unidos de combate à inflação contribuiu para um aumento significativo das taxas de juros em todo o mundo.

O segundo choque do petróleo em 1979 e o brusco aumento das taxas de juros internacionais, viriam a aprofundar a crise externa brasileira através de uma série de mecanismos: pelo salto nos juros da dívida; por reorientar os fluxos de capital preferencialmente para os EUA e Europa; e pelo impacto negativo sobre os preços relativos das "commodities", itens importantes da nossa pauta de exportação (OMETTO; FURTUOSO; SILVA, 1995).

A suspensão das exportações de petróleo do Irã e a redução da produção de petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) levaram a um aumento significativo dos preços do petróleo no mercado internacional. Isso gerou forte impacto na economia brasileira, que era um importador líquido de petróleo na época.

Em conjunto, a crise do petróleo e a política monetária restritiva adotada pelo Federal Reserve contribuíram para um aumento significativo das taxas de juros no Brasil e em outros países em desenvolvimento na década de 1980. Isso teve um impacto na economia brasileira, que enfrentou uma crise da dívida externa nessa mesma década.

De acordo com Almeida (2005, p. 245), “durante o governo de Figueiredo, com Delfim Netto à frente da economia, houve uma relutância em recorrer ao FMI”. No entanto, a situação piorou com a escassez de capitais voluntários após a Guerra das Malvinas em maio de 1982 e, especialmente, com a moratória do México em agosto do mesmo ano. O governo brasileiro só decidiu recorrer ao FMI quando a situação já havia saído de controle. Esse episódio mostra como a política econômica e os fatores políticos estão interligados, e como as decisões do governo podem ter consequências tanto na economia quanto na arena política.

A partir do início dos anos 1980, vários países latino-americanos enfrentaram uma onda de inadimplências que levou a uma paralisação do sistema de crédito comercial. O México foi o primeiro a enfrentar a crise, seguido por outros países, como Argentina, Brasil e Venezuela. Essa crise da dívida latino-americana foi agravada pelo aumento das taxas de juros internacionais e pela redução dos preços das *commodities*, principais itens de exportação desses países (OMETTO, FURTUOSO & SILVA, 1995).

3.2. ANOS 1980: A CRISE DA DÍVIDA BRASILEIRA

Segundo a avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), a crise enfrentada pelos países endividados na década de 1980 era principalmente uma “crise de liquidez”. De acordo com essa visão, uma abordagem ortodoxa, baseada em medidas de austeridade, traria uma solução rápida. Assim, a sugestão para os países desenvolvidos era propor medidas rigorosas aos países endividados, de forma que estes pudessem continuar pagando suas dívidas sem depender de ajuda externa (ARAUJO, 2015).

Essa posição do FMI isentava os bancos dos países desenvolvidos de riscos, transferindo o peso total da crise para os países endividados, que deveriam implementar ajustes recessivos para cumprir seus compromissos. Essa estratégia foi posteriormente rotulada de forma pejorativa como “empurrando com a barriga”. Acredita-se que, com o tempo, a economia global e os países em desenvolvimento retomariam o crescimento naturalmente, sem a necessidade de ações específicas. “Acreditava-se que o crescimento econômico e as receitas provenientes das exportações garantiriam o pagamento das dívidas, e o mercado de empréstimos voluntários seria restabelecido organicamente para os países da América Latina” (ARAUJO, 2015, p. 138).

Essa abordagem do FMI na década de 1980 gerou controvérsias e críticas. Alguns argumentaram que ela colocava uma carga excessiva sobre os países endividados, levando a consequências sociais e econômicas adversas, como recessões, aumento do desemprego e diminuição dos padrões de vida. Além disso, havia críticas de que a abordagem negligenciava a necessidade de reformas

estruturais nos sistemas financeiros e econômicos dos países endividados, o que poderia contribuir para uma recuperação mais sustentável.

Posteriormente, houve um reconhecimento de que abordagens exclusivamente baseadas em medidas de austeridade não eram suficientes para resolver crises de dívida de longo prazo. As estratégias evoluíram, e o FMI passou a considerar a importância de políticas de crescimento inclusivas, alívio da dívida, reformas estruturais e assistência financeira mais flexível para ajudar os países em dificuldades.

De acordo com Cardoso e Dornbusch (1989 apud ARAUJO, 2015), algo deu errado nos anos 1980, e a crise que se esperava ter uma solução rápida arrastou-se dolorosamente por toda a década. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicavam que as exportações brasileiras deveriam dobrar em 1986 em relação a 1982, porém, na realidade, cresceram apenas 10%. Além disso, a fuga de capital e a escassez de influxos também foram diferentes das expectativas do mercado. Os desenvolvimentos ocorridos nos últimos cinco anos seguiram direções muito diferentes do que se esperava em 1982-1983. Ficou evidente que não havia um plano para que o Brasil retornasse ao mercado voluntário de empréstimos. Embora em 1986 um retorno ao mercado de capitais pudesse parecer possível, pelo menos nas declarações dos credores, as chances eram novamente muito remotas. “A moratória de 1987 e a desordem interna, incluindo uma inflação de mais de 600%, foram suficientes para desencorajar qualquer credor a acreditar que a estratégia da dívida estava funcionando.”

Para Cardoso e Dornbusch (1989), no decorrer da década de 1980, tornou-se evidente que a estratégia de "empurrar com a barriga" havia fracassado. Ao mesmo tempo, era claro que o problema não residia no crescimento da economia global, uma vez que os países industrializados estavam apresentando um desempenho acima das expectativas. “A perspectiva econômica do FMI em 1982, como argumento básico, previa uma taxa média de crescimento de 2,2% para o período de 1984 a 1986, enquanto a taxa real de crescimento foi de fato de 3,1%.” (apud ARAUJO, 2015).

O fim do fluxo de capital internacional destinado a financiar a estratégia de rolagem da dívida foi apontado como o desencadeador da crise que marcou toda a

década de 1980 e resultou no colapso econômico do País. Segundo a argumentação de Bresser Pereira (Pereira, 1991 apud ARAUJO, 2015), a crise brasileira tinha sua origem nas questões fiscais.

A crise fiscal trazia consigo duas consequências. Primeiramente, reduzia a capacidade de poupança do Estado e, portanto, a capacidade de investimento do país. Além disso, ao levar o setor público a emitir moeda para financiar os crescentes juros da dívida, isso exauria os recursos internos e resultava em uma aceleração da inflação. É importante ressaltar que o autor inclui a dívida interna nesse contexto, uma vez que, com a suspensão de novos financiamentos internacionais, o Estado não tinha outra alternativa senão emitir moeda e aumentar rapidamente a dívida interna para financiar seu déficit (Pereira, 1989 apud ARAUJO, 2015).

O cumprimento do serviço da dívida significava que o governo brasileiro tinha que utilizar recursos escassos, o que resultava na redução da poupança pública e do investimento. Nas palavras de Pereira (1988 apud ARAUJO, 2015, p. 142): "Quando a poupança pública se torna negativa, o governo reduz seus investimentos (e seu consumo) ou aumenta o déficit público. No entanto, a redução dos investimentos pode estar diretamente relacionada à diminuição do déficit público". Isso foi evidenciado em 1983 e 1984, quando a redução do déficit foi alcançada principalmente por meio da diminuição do investimento público.

Essa análise ressalta a importância das questões fiscais na crise brasileira dos anos 1980. A crise fiscal afetou a capacidade de investimento do Estado, exacerbou a inflação e exigiu o aumento da dívida interna para cobrir o déficit. A redução dos investimentos públicos como forma de lidar com a crise fiscal teve consequências negativas para o crescimento econômico do País. Essa visão destaca a necessidade de abordar as questões fiscais de forma efetiva e sustentável como parte de uma estratégia abrangente para superar crises econômicas.

3.3. ACORDOS COM O FMI – 1983 A 1985

De acordo com Sampaio (1988) o procedimento padrão para a liberação da política de assistência financeira condicional do FMI foi formalizado pela Diretoria

Executiva do Fundo em 1979. Ele consistia em quatro elementos essenciais: cartas de intenções, parcelamento do crédito, consultas periódicas e medidas prévias.

Na primeira semana de 1983, o Brasil assinou sua primeira Carta de Intenções com o FMI, após rápidos entendimentos e um grande esforço por parte do Fundo. Isso marcou o início de um programa de ajustamento da economia brasileira para o período de 1983 a 1985. Uma missão do FMI foi designada para acompanhar de perto as negociações no Brasil. Durante vários meses, houve um processo de negociações e várias cartas de intenção foram enviadas ao FMI, contendo metas para a economia doméstica. “No entanto, ao longo dos dois anos seguintes, sete cartas de intenção foram enviadas ao FMI, mas todas acabaram sendo descumpridas” (PEDRAS, 2009, p. 72).

Sampaio (1988) detalha quatro fases das negociações com os credores do FMI entre 1982 e o fim do governo Figueiredo.

A primeira Fase começa em meados de 1982 e dura até junho de 1983. Essa fase foi marcada pelo fracasso do Brasil em manter linhas de crédito com bancos internacionais no último trimestre de 1982 e por um acordo com o FMI no início de 1983.

A Primeira Carta de intenções assinado pelo Brasil sob a direção do FMI na primeira semana de 1983 não foi aprovado pelo Conselho Executivo do órgão até o final de fevereiro de 1983. Um diagnóstico externo já havia sido sugerido em setembro de 1982. A crise era resultado de problemas de liquidez e apenas temporária. Na época, o FMI acreditava que o Brasil era incapaz de cumprir suas obrigações com os credores devido aos gastos excessivos do governo. Portanto, as condições de ajuste propostas na carta eram extremamente rígidas: queda acentuada da demanda interna (com implicações nas políticas salariais), medidas de austeridade fiscal e cortes de gastos, inclusive de investimentos (incluindo cortes nos subsídios agrícolas), liberalização econômica e contração do Estado (SAMPAIO, 1988).

Em 21 de fevereiro, antes que o memorando fosse submetido à consideração do conselho do fundo, o governo brasileiro impôs uma maxidesvalorização para o Cruzeiro. Seu objetivo era dificultar as importações e

fomentar o setor exportador, aumentando assim a receita da balança comercial. No entanto, o câmbio desvalorizado acelerou o processo inflacionário, necessitando de um maior aperto salarial, fiscal e monetário. Essas novas circunstâncias exigiram novos ajustes no acordo com o FMI. Assim, foi elaborado um adendo à primeira carta, que acabou ficando conhecido como Segunda Carta de Intenções.

Após a aprovação da carta, o Brasil recebeu um empréstimo *stand-by* do FMI e concluiu as negociações com bancos privados internacionais. As autoridades brasileiras mostraram forte resistência em cumprir as promessas feitas no memorando. Diante do fracasso de alguns de seus objetivos, o governo Figueiredo tentou implementar, em abril de 1983, várias resoluções voltadas apenas para o setor externo, mas de forma isolada e sem o efeito esperado (Baer, 1989 apud ARAUJO, 2015).

A segunda Fase das negociações ocorre de junho de 1983 a novembro de 1983.

No início de junho de 1983, sem mais margem de manobra, as autoridades brasileiras foram obrigadas a retomar as negociações com o FMI. Em resposta, o órgão retomou as consultas com o Brasil fazendo exigências específicas: a redefinição das metas fiscais e monetárias a partir do acordo de janeiro de 1983, corrigindo as discrepâncias observadas desde o início do ano; inclusão de ajustes fiscais, bem como o fim dos subsídios às estatais; redução de gastos; e elevação das tarifas públicas. (SAMPAIO, 1988)

Em meados de julho, o governo optou por acatar a recomendação de alterar a política salarial. Durante reunião do Conselho de Segurança Nacional, realizada em um clima de intensa tensão política, foi promulgado o DL 2045 (Decreto-Lei N° 2.045, de 13 de julho de 1983). “Essa nova legislação salarial estabeleceu que, de agosto de 1983 a 31 de julho de 1985, os reajustes salariais seriam limitados a 80% da variação semestral do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescido de um aumento de produtividade determinado pelo Governo, o qual não poderia exceder a variação do produto per capita do ano anterior” (SAMPAIO, 1988, p. 178).

Apesar da aprovação das medidas propostas, as negociações com o FMI se arrastaram por mais tempo do que o inicialmente previsto, e uma terceira carta de intenções não foi apresentada até 15 de setembro de 1983. Este documento previa um novo aperto nos ajustes fiscais, um novo aperto no crédito interno, com o objetivo de conter a inflação e aumentar o fluxo de recursos para o exterior.

A Fase 2, a mais difícil segundo Sampaio (1988), terminou com a liberação da parcela de US\$4,5 bilhões. A Quarta Carta fortaleceu a intensidade do ajuste, apertando o financiamento interno para conter a inflação, e fortaleceu o mecanismo de monitoramento do FMI ao transformar déficits operacionais e inflação em medidas de desempenho, aumentando assim a supervisão do FMI.

A terceira Fase começou em dezembro de 1983 e continuou até o terceiro trimestre de 1984. No início de 1984, como proposto pelo FMI, o governo brasileiro tentou cortar gastos e aumentar as receitas do setor público. Diante do cenário de alta inflação e deterioração dos padrões de vida, o governo priorizou o combate à inflação por meio de aperto monetário e restrições de liquidez. Apesar desse esforço, dificuldades domésticas caracterizaram o período, incluindo a paralisação dos mercados financeiros e a persistência da inflação (ARAUJO, 2015).

Em março de 1984, o FMI autorizou a liberação dos recursos referentes aos resultados das negociações da Fase 2 com bancos comerciais, totalizando US\$ 6,5 bilhões. Poucos dias depois, essas negociações resultaram na apresentação pelo Brasil de sua Quinta Carta de intenções, estabelecendo metas de desempenho econômico para os três primeiros trimestres de 1984. O controle da inflação foi a principal prioridade deste 5º memorando.

O efeito imediato foi o aprofundamento da crise econômica, inflação alta e persistente e uma verdadeira revolta social nas ruas: o movimento "Diretas Já". Dessa forma, a terceira fase das negociações teve como foco o cumprimento das regras do FMI pelo Brasil. Diante dos compromissos do governo, apesar da crise social que se instalava, em julho de 1984 foram iniciadas as negociações da Sexta Carta de intenções, correspondente ao último trimestre de 1984 e 1985 (SAMPAIO, 1988).

A Sexta Carta de intenções foi submetida no final de setembro. De acordo com Sampaio, a carta ressaltava a dificuldade do governo Figueiredo em afirmar sua autonomia ante o FMI. A aprovação foi dada em 9 de novembro de 1984. De acordo com o calendário proposto por Sampaio, isso marcava a conclusão da terceira fase das negociações com o FMI e o início da quarta fase. Nesta nova fase, o Brasil continuava seus ajustes recessivos, incluindo reduções na base monetária. Apesar da rápida adoção da Sexta Carta, as dificuldades na implementação das resoluções estabelecidas aumentaram ao longo do tempo.

A quarta Fase corresponde ao período do último trimestre de 1984 a março de 1985, quando terminou o governo Figueiredo. Esta fase caracterizou-se pelo desmantelamento completo do programa do FMI. Conforme apontado por Sampaio (1988), a execução das medidas restritivas propostas na Sexta Carta seria difícil de se concretizar, mesmo em um cenário político favorável. Isso se deve ao fato de que a própria evolução econômica, com superávits na balança comercial, resultava em um aumento da base monetária, o que representava uma ameaça aos fundamentos essenciais da estratégia de ajuste, que consistia na combinação de políticas de contenção salarial, monetária e fiscal (SAMPAIO, 1988).

O Governo procurou gerenciar o acordo com o FMI até novembro de 1984, porém, a expansão da base monetária, que registrou um aumento de 36% em dezembro de 1984, impulsionada pelo superávit na balança comercial, pelo aumento dos gastos governamentais no final do ano e pelo relaxamento das medidas de contenção salarial no final de outubro, em meio ao contexto eleitoral, tornavam inviável qualquer esforço para cumprir o programa de austeridade acordado (SAMPAIO, 1988).

A Sexta Carta de intenções foi originalmente planejada para cobrir todo o ano de 1985, mas não atendeu aos critérios. A inflação acelerou. Nos dois primeiros trimestres de 1985, diante dos indícios de que os ajustes propostos não seriam implementados, o governo brasileiro e a missão técnica do FMI negociaram novamente um novo acordo sobre a orientação da política econômica. Como resultado, no início de 1985, uma Sétima Carta de intenções foi apresentada. Seu conteúdo confirmava o mesmo diagnóstico da carta anterior. O governo brasileiro e o

FMI defenderam uma coordenação interna mais forte, com foco em conter a alta inflação por meio de um forte aperto fiscal e monetário.

No início de 1985, as autoridades brasileiras empreenderam esforços para conter a expansão da moeda, buscando a aprovação da 7ª Carta pelo conselho do FMI. No mês de janeiro, o fraco desempenho da Balança Comercial contribuiu para esse objetivo. No entanto, em fevereiro, o governo não conseguiu conter a expansão monetária. Além disso, no âmbito fiscal, o governo brasileiro não conseguiu aderir às medidas de contração recomendadas.

A falta de coordenação da política monetária contracionista resultou na decisão do Comitê Assessor de não submeter a Sétima Carta de Intenções à avaliação da Diretoria Executiva do Fundo no meio de fevereiro. Apesar de ter sido apresentada em 15 de janeiro, a Carta não recebeu aprovação por parte do FMI. Como resultado, a fase 4 do programa não foi concluída.

Ao analisar as negociações, Sampaio destacou um problema que impediu o sucesso dessas transações: as metas estabelecidas. Em todas as negociações das cartas de intenções, foram estabelecidos critérios de desempenho inadequados à realidade brasileira, tornando seu cumprimento extremamente difícil e mantendo o governo permanentemente dependente de acordos com o Fundo para evitar a suspensão do programa de ajuste (SAMPAIO, 1988).

Em março de 1985, o Brasil passou a ter um novo presidente, José Sarney, e uma nova equipe econômica liderada por Francisco Dornelles, que assumiu o cargo de Ministro da Fazenda. De acordo com Baer (1989 apud ARAUJO, 2015), o principal objetivo de Dornelles era finalizar as negociações que haviam sido iniciadas na gestão anterior, mas não concluídas. Não havia resistência por parte do ministro em seguir o padrão convencional de negociação nos moldes do FMI. A estratégia proposta por Dornelles consistia em cinco aspectos: a) redução dos déficits públicos, o que envolvia cortes nos gastos governamentais. Após o período eleitoral, o governo anterior havia proposto uma redução de 15% nos gastos públicos, e Dornelles propunha um corte adicional de 10%; b) suspensão dos empréstimos de fomento do Banco Central por 90 dias; c) aumento da remuneração real das aplicações financeiras através de mudanças no cálculo do reajuste da correção monetária; d) aumento das taxas de

juros para conter a demanda do setor privado; e) ajuste da taxa de câmbio para baixo, beneficiando os exportadores com maior remuneração. O único sucesso alcançado pelo plano foi o combate temporário à inflação. A redução dos gastos públicos e o aumento das taxas de juros representavam um risco para a saúde financeira de várias empresas, incluindo algumas estatais.

Outras áreas da administração pública se revoltaram diante dos cortes de gastos impostos, resultando na perda de controle do déficit público pelo governo em pouco tempo. As medidas adotadas mostraram-se politicamente inviáveis. No meio do ano, diante da falta de resultados efetivos alcançados, o ministro Dornelles intensificou sua estratégia de redução do déficit público por meio de cortes adicionais nos investimentos e nos custos das empresas estatais. Essas medidas não atenderam às expectativas do FMI, mas foram suficientemente impactantes para aumentar as pressões internas contra o ministro da Fazenda. Em agosto, devido à forte resistência interna ao choque ortodoxo proposto por Dornelles, em consonância com as sugestões do FMI, as negociações recentemente retomadas com o FMI foram suspensas. O ministro da Fazenda foi removido do cargo e o Brasil entrou em um estado de paralisação por mais cinco meses. As negociações só foram retomadas no final de janeiro de 1986 (Baer, 1989 apud ARAUJO, 2015).

4. DESENVOLVER DA CRISE ECONÔMICA DO BRASIL

Monica Baer analisa a gestão de Funaro no Ministério da Fazenda, dividindo-a em duas fases distintas. Na primeira fase, que se estende de setembro de 1985 a meados de 1986, Funaro concentrou seus esforços em tranquilizar os credores internacionais, demonstrando o comprometimento do Brasil em cumprir suas obrigações financeiras. Ao mesmo tempo, durante a Reunião Anual do FMI e do Banco Mundial em Seul (outubro de 1985), onde foi proposto o Plano Baker, Funaro assumiu uma posição de liderança no grupo dos países devedores, defendendo a necessidade de encerrar o processo de ajustes recessivos (Baer, 1989 apud ARAUJO, 2015).

Na estratégia de tranquilizar os credores, o novo ministro adotou a "sustentação do crescimento" como princípio orientador, o que estava em consonância com as diretrizes propostas pelo FMI durante a reunião de outubro daquele ano. Inicialmente, Funaro adotou uma abordagem cautelosa ao lidar com o Fundo, embora ele acreditasse que o Brasil precisava de maior autonomia na formulação da política econômica para sustentar um crescimento mais robusto.

No entanto, houve uma mudança significativa quando um novo pacote tributário foi divulgado pelo governo brasileiro no final de novembro. Diante das críticas de que o Brasil mais uma vez estava se alinhando ao programa de ajustes rigorosos do FMI, Funaro assumiu uma posição mais transparente, deixando claro que a economia brasileira não estava mais sujeita à supervisão do FMI. A partir desse momento, o caminho para Funaro elaborar políticas com maior autonomia foi facilitado, tanto pelo governo quanto pelos credores (Baer, 1989 apud ARAUJO, 2015).

Em janeiro de 1986, impulsionado pelos bons resultados econômicos de 1984 e 1985, o novo ministro chegou a um acordo preliminar com os credores internacionais sem a mediação do FMI. Essa abordagem ia de encontro às normas convencionais de gestão da dívida. Naquele momento, o Brasil recusava-se a adotar o programa proposto no Plano Baker (Baer, 1989 apud ARAUJO, 2015).

De acordo com o relatório do FMI de abril de 1988, na região da América Latina, o crescimento agregado do PIB real desacelerou em 1,5 pontos percentuais em 1987, principalmente devido a uma marcada desaceleração do crescimento no Brasil, resultante de uma queda nos gastos com investimentos e do declínio dos salários reais devido a um aumento acentuado na inflação. “A atividade econômica também desacelerou na Argentina, mas na maioria dos outros países da região, o crescimento da produção foi razoavelmente mantido ou acelerado” (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 1988, p.12)

Em consequência disso, o Brasil iniciou novas negociações com o FMI e, em 22 de setembro de 1988, assinou uma nova Carta de Intenções (a oitava), que, após ser autorizada em 31 de outubro, permitiu ao país obter novos empréstimos. Esse momento marcou oficialmente o término da experiência da Moratória brasileira.

Em setembro de 1988, um acordo foi firmado para encerrar a moratória, o qual previa a entrada de novo dinheiro no valor de US\$ 5,2 bilhões. Além disso, contemplava o reescalonamento de algumas obrigações de médio e longo prazos, a manutenção das linhas de crédito de curto prazo e a troca de US\$ 1,05 bilhão da dívida antiga por títulos através do *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* (PEDRAS, 2009).

4.1 PLANO BRADY

Cerca de três anos após a divulgação do Plano Baker, em 10 de março de 1989, uma nova proposta foi apresentada. Denominado Plano Brady em homenagem a Nicholas F. Brady, o novo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o plano foi revelado em um discurso proferido por Brady durante a Conferência sobre a Dívida do Terceiro Mundo, realizada em Washington, capital dos Estados Unidos, e organizada pela Brookings Institution e pelo Comitê de Bretton Woods (PLANO BRADY, 1989).

O Plano Baker não conseguiu alcançar seu objetivo de impulsionar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento e resolver a crise da dívida que eles enfrentavam. Nos três anos entre as duas propostas, a América Latina testemunhou o agravamento dos problemas inflacionários em vários países, com

alguns chegando perto da hiperinflação, além dos desdobramentos trágicos da crise da dívida, que levaram o Brasil a declarar moratória em 1987.

O Plano Brady, assim como a proposta brasileira de 1987, permitia que os países endividados renegociassem suas dívidas, buscando até mesmo descontos nas taxas de juros cobradas. A redução da dívida seria feita através de securitização, onde a dívida antiga seria substituída por novos títulos próprios que poderiam ser colocados no mercado secundário (securitização) de forma voluntária, tendo os organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, como garantidores do novo sistema (ARAUJO, 2015).

Bresser Pereira demonstrou algumas críticas em sua percepção do Plano Brady. Ele acredita que o plano apresentava limitações em comparação com a proposta brasileira, uma vez que permitia apenas a securitização voluntária decidida pelo mercado, proibindo a securitização negociada, que o ex-ministro considerava necessária. Entre as características positivas mencionadas, destaca-se o retorno do FMI e do Banco Mundial a um papel mais ativo, o que favorece as economias subdesenvolvidas: A novidade do Plano Brady, embora ainda envolto em incertezas, foi a permissão e o estímulo para que o Banco Mundial e o FMI oferecessem garantias aos novos títulos com desconto emitidos pelos países altamente endividados (Pereira, 1989 apud ARAUJO, 2015).

i. 4.1.1 Consenso de Washington

Não seria correto afirmar que o Consenso de Washington era idêntico ao conjunto de boas práticas preconizadas por Brady em março de 1989. No entanto, na prática, o Consenso, que foi lançado em novembro do mesmo ano, acabou por direcionar os países em desenvolvimento a adotarem essas "boas práticas". E, essas "boas práticas" estavam intrinsecamente vinculadas à condicionalidade para participar do Plano Brady. Embora a redução da dívida ou dos juros fosse oferecida como parte do pacote, também era acompanhada por um amplo conjunto de recomendações prescritivas (ARAUJO, 2015).

De maneira geral, o receituário do Consenso de Washington, conforme compilado por Williamson, foi composto por dez recomendações para os países em

desenvolvimento (Williamson, 1990 apud ARAUJO, 2015). Estas recomendações foram as seguintes:

1. Redução dos déficits fiscais: Os países da América Latina devem adotar a disciplina fiscal, evitando gastar mais do que arrecadam em impostos.
2. Priorizar os gastos públicos: Os investimentos em saúde e educação devem ser enfatizados, enquanto outros gastos podem ser delegados à iniciativa privada, sem prejuízos ao país.
3. Reforma tributária: Recomenda-se uma significativa redução das taxas de impostos, visto que altas taxas podem prejudicar a economia e restringir a iniciativa privada.
4. Taxas de juros: A determinação das taxas de juros pelo mercado é enfatizada, destacando que elas devem ser essencialmente positivas.
5. Taxa de câmbio: A taxa de câmbio deve ser determinada pelas forças de mercado, embora o mais importante é que seja competitiva, possibilitando uma participação ativa do país no comércio internacional de maneira estável.
6. Política de comércio: Propõe-se a total liberalização das importações, considerando que o acesso a máquinas e insumos importados é um incentivo importante para as exportações.
7. Investimento direto estrangeiro: O Consenso defende a total liberdade para o investimento direto estrangeiro, uma vez que ele pode trazer o capital necessário para o desenvolvimento das forças produtivas.
8. Privatização: Recomenda-se a venda de empresas estatais para aliviar a pressão sobre o orçamento do governo e garantir melhores serviços à população.
9. Desregulamentação: A eliminação de regras que impeçam o livre mercado e o fluxo livre de capitais e tecnologia é defendida.
10. Direitos de propriedade: Considera-se fundamental garantir os direitos de propriedade para assegurar a segurança do investidor e do sistema capitalista como um todo.

Na década de 1990, o Brasil implementou um amplo programa de privatização, desregulamentação econômica, livre entrada de capitais e medidas de austeridade fiscal. A estabilização financeira alcançada em 1994 diferia significativamente do receituário do Consenso de Washington, pois o Plano Real tinha uma base essencialmente heterodoxa. No entanto, após a estabilização, o governo acabou por adotar muitas das medidas propostas pelo Consenso. O resultado foi uma década de crescimento econômico limitado, alta vulnerabilidade a crises externas, aumento do desemprego e déficits na Balança Comercial. O desempenho econômico desfavorável do Brasil na década de 1990 contrastou fortemente com a percepção predominante no início desse período, de que um acordo bem-sucedido nos moldes do Plano Brady traria de volta o crescimento e a estabilidade econômica (ARAUJO, 2015).

4. 2 APLICAÇÃO DO PLANO BRADY NO BRASIL

Durante todo o ano de 1989, a economia enfrentou sérios problemas, chegando perto da hiperinflação, o que trouxe dificuldades significativas para a população devido aos diversos Planos Heterodoxos malsucedidos. O novo governo de Fernando Collor de Mello começou em 15 de março de 1990, enfrentando uma situação extremamente crítica de endividamento público, uma inflação com taxas superiores a 1.000% ao ano e um déficit primário que ultrapassou 1% do PIB no ano anterior (PEDRAS, 2009).

Collor eventualmente abandonou a ideia de atuar como seu próprio ministro da Economia e passou a aceitar, sem restrições, o Consenso de Washington, buscando, assim, credenciar-se para renegociar a dívida externa sob os termos do Plano Brady. Essa mudança de postura implicava em admitir que a política macroeconômica teria que ser definida com base nas condições estabelecidas pelos credores, ou seja, que o país deveria se alinhar às diretrizes impostas pelos credores internacionais para buscar a renegociação da dívida (Batista, 1994 apud ARAUJO, 2015).

O governo de Collor foi encerrado em agosto de 1992, em função de um processo de *impeachment*. O novo governo, capitaneado por Itamar Franco, vice de Fernando Collor, empenhou-se em controlar a inflação e estabelecer as bases de um

novo plano econômico. Nesse momento, o processo de renegociação da dívida externa do Brasil, que havia começado em 1989 com uma moratória parcial, estava progredindo de forma lenta.

Devido à falta de bases econômicas sólidas, o Brasil não conseguiu alcançar um acordo definitivo com seus credores e, em vez disso, apenas obteve um acordo preliminar com os bancos comerciais no final do governo de Collor, em 9 de julho de 1992. As negociações para enquadrar o Brasil no Plano Brady se estenderam até 1994, quando finalmente foi alcançado um acordo sobre os valores e os termos. Em 15 de abril daquele ano, ocorreu a emissão dos títulos brasileiros conhecidos como *Bradies* (*Discount Bonds, Par Bonds, Front-Loaded Interest Reduction Bonds, Capitalization Bond, Debt Conversion Bonds, New Money Bonds e Eligible Interest Bonds*) (PEDRAS, 2009), de acordo com os dados apresentados na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Apresentação dos chamados Brady Bonds como resultado das negociações entre o Brasil e o Fundo em 1994.

Instrumento	Montante emitido (US\$ bilhões)	Data de vencimento
BIB ou Exit Bond	1	15/09/13
IDU (interest Due and Unpaid)	7	01/01/01
Discount Bond	7	15/04/24
Par Bond	8	15/04/24
Flirb (Front-Loaded Interest Reduction Bond)	2	15/04/09
C-Bond	7	15/04/14
DCB (Debt Conversion Bond)	8	15/04/12
New Money Bond	2	15/04/09
EI (Eligible Interest Bond)	6	15/04/06

Fonte: PEDRAS, 2009, p. 74.

Segundo informações do Banco Central, a celebração do acordo resultou em uma redução imediata de US\$ 3,9 bilhões do total da dívida negociada, que era de US\$ 46,7 bilhões. Além disso, ao longo de 30 anos de pagamento, houve uma redução adicional no serviço da dívida de aproximadamente US\$ 4 bilhões. De acordo com Pedras, os acordos também incluíam a transferência da responsabilidade pela dívida externa do Banco Central para a União, tornando-a devedora das obrigações externas. Essa transferência proporcionou uma melhor divisão das tarefas entre as autoridades monetárias e fiscais (PEDRAS, 2009).

O acordo firmado apresentava como característica a existência de garantias, representadas por títulos adquiridos junto ao Tesouro dos Estados Unidos, para três dos títulos emitidos, o que fornecia maior segurança para os credores. Além disso, o Brasil ganhava a possibilidade real de realizar operações com seus novos títulos. Um ponto ainda mais importante é que o acordo possibilitou ao Brasil recuperar o acesso aos mercados internacionais. Assim como aconteceu com outros países em desenvolvimento que se beneficiaram dos acordos de reestruturação de dívidas no contexto do Plano Brady, o Brasil, ao concluir com sucesso o acordo com seus credores externos, voltou a ser visto como um devedor soberano no mercado internacional de capitais. Isso permitiu que o país restabelecesse sua presença e capacidade de captar recursos no cenário internacional (Cerqueira, 2003 apud ARAUJO, 2015).

No pleito eleitoral de 1994, o ex-ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco foi eleito Presidente do Brasil, impulsionado pelo sucesso do Plano Real na estabilização da inflação. No entanto, a partir de 1995, apesar do controle relativo da inflação, a dívida pública interna do país, que consiste na emissão de títulos do governo pagos em moeda nacional, começou a aumentar consideravelmente devido às escolhas de manter juros elevados e a baixa geração de superávit primário. Justo quando o Brasil estava buscando uma solução para a crise da dívida externa, enfrentava o desafio de uma dívida interna em crescimento acelerado (ARAUJO, 2015).

No contexto internacional, apesar das críticas enfrentadas pelo Plano Brady no momento de seu lançamento, sua implementação no Brasil foi altamente bem-sucedida. A existência de títulos brasileiros negociados livremente no mercado internacional, possibilitada pelo Plano Brady, estabeleceu as bases para o novo modelo de endividamento adotado pelo país, que continua em vigor até hoje. A estrutura de dívida resultante dos acordos do Plano Brady, especialmente a estrutura de dívida mobiliária, na qual os ativos são livremente negociados no mercado secundário com relativa liquidez, proporcionou as condições necessárias para a nova fase do passivo externo brasileiro. Essa nova fase permite uma administração muito mais flexível da dívida, oferecendo ao país maior margem de manobra na gestão de seus compromissos financeiros internacionais (PEDRAS, 2009).

Apesar do aumento significativo da dívida interna a partir de 1995, o Plano Brady proporcionou ao Brasil uma relativa tranquilidade em relação à sua dívida externa nesse mesmo período. Conforme afirmado por Pedras:

Dados os passos recentes, atualmente o país conta com uma estrutura de dívida externa não somente reduzida, mas diluída ao longo do tempo, com pontos líquidos e apresentando risco cambial bastante baixo, se comparado com o início da década. Em outras palavras, um dos grandes problemas de política econômica enfrentado pelo Brasil ao longo dos últimos trinta anos tornou-se uma questão cuja administração é absolutamente confortável (PEDRAS, 2009, p. 77).

A adoção das diretrizes do Consenso de Washington resultou em uma década de baixo crescimento econômico e altos níveis de desemprego para o Brasil. Em contrapartida, a adesão ao Plano Brady representou o fim da crise da dívida externa e proporcionou ao país a oportunidade de construir uma curva de negociação de títulos em moeda nacional nos mercados internacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação do governo brasileiro na década de 1990, ao recomprar títulos de dívida emitidos em moeda estrangeira e substituí-los por novos títulos denominados em Reais, representa um momento simbólico. Embora não signifique uma completa eliminação da obrigação de pagar dívidas em moedas estrangeiras.

O Brasil assim também como outros países subdesenvolvidos do sistema financeiro mundial foi historicamente coagido a contrair empréstimos em moedas sobre as quais não têm controle sobre as taxas de câmbio e juros. Até hoje o país ainda enfrenta a responsabilidade de honrar pagamentos de dívidas em moeda estrangeira, embora também seja credor em outras ocasiões.

O Plano Brady representou uma oportunidade para as nações em desenvolvimento quebrarem um paradigma de longa data. Desde o século XIX, a única maneira de acessar capital de instituições internacionais, seja de bancos privados ou entidades institucionais, era por meio de um serviço da dívida que deveria ser realizado em moeda estrangeira. Essa cláusula, que perdurou por décadas, poderia ser descrita como "inflexível" ao longo dos séculos XIX e XX. No entanto, em 1989, essa obrigatoriedade começou a ser flexibilizada devido à possibilidade de securitização da dívida, o que permitiria a troca dos títulos por outros denominados em moeda local, uma abertura que foi promovida pelo tesouro dos Estados Unidos e pelo FMI.

É importante esclarecer que, mesmo que essas medidas representem um progresso significativo, muitos países ainda permanecem na situação de contração da dívida em moeda estrangeira. Isso ocorre devido à ausência de um mercado para suas moedas ou à escassez de recursos. No entanto, é fundamental reconhecer a mudança de abordagem do FMI em relação à gestão das dívidas das nações em desenvolvimento.

Diante de dificuldades enfrentadas entre 1979 até 1982, o Brasil teve que tomar medidas difíceis, muitas das quais foram delineadas pelo FMI. A implementação dessas políticas, como a liberalização comercial e a privatização, não foi isenta de controvérsias e desafios internos. No entanto, apesar da resistência política e social,

essas reformas ajudaram a estabilizar a economia e a criar as bases para um futuro crescimento. É evidente que as decisões tomadas naquele período não apenas impactaram a economia, mas também demonstraram como as questões econômicas estão intrinsecamente ligadas à esfera política.

Embora as reformas mencionadas possam ter criado as bases para um futuro crescimento econômico, é importante notar que esse crescimento não foi uniforme e não beneficiou igualmente todas as camadas da sociedade. Além disso, o Brasil enfrentou uma série de desafios econômicos e políticos nas décadas seguintes, incluindo problemas persistentes de desigualdade, corrupção sistêmica e instabilidade política.

No geral, esse período turbulento da história econômica do Brasil e das relações com o FMI demonstrou a necessidade de encontrar equilíbrio entre as demandas internas e as influências globais. As lições aprendidas nessa época ainda ecoam nas abordagens econômicas e nas estratégias de negociação do país, ressaltando a importância de medidas equilibradas, políticas sensíveis e a compreensão das complexas interações entre economia e política.

A crise da dívida brasileira na década de 1980 trouxe à tona uma série de desafios complexos e divergentes na busca por soluções eficazes. O Fundo Monetário Internacional (FMI) descreveu essa crise como uma "crise de liquidez", argumentando que medidas de austeridade rigorosas poderiam ser a solução necessária para países endividados. Essa abordagem, embora ortodoxa, transferiu o peso da crise para os países devedores, sobrecarregando-os com medidas de ajuste recessivas para cumprir suas obrigações.

A conclusão inevitável é que uma abordagem única não serve para lidar com crises tão complexas. A compreensão de que políticas multidimensionais são necessárias para enfrentar crises de dívida levou a uma evolução nas estratégias do FMI, incluindo maior consideração pelas condições econômicas e sociais dos países devedores.

Em retrospecto, os anos 1980 ilustram a complexidade das crises de dívida e a necessidade de uma abordagem holística e adaptativa para enfrentar desafios

econômicos. As lições aprendidas nesse período ecoam na formulação de políticas econômicas e nas estratégias de gestão da dívida, ressaltando a importância de uma visão mais ampla que considere tanto os aspectos econômicos quanto os sociais em um esforço conjunto para superar crises.

Os acordos com o FMI entre 1983 e 1985 revela a fragilidade da relação entre o Brasil e o FMI, bem como as limitações dos acordos estabelecidos. Essa tumultuada implementação dos acordos com o FMI evidencia a falta de eficácia das políticas econômicas e a incapacidade do governo em enfrentar desafios internos. A resistência interna destaca a desconexão entre as políticas propostas e as necessidades e expectativas da população brasileira. Além disso, a persistência da inflação e a incapacidade de coordenar as políticas monetárias e fiscais refletem a falta de planejamento eficaz e a falta de capacidade de resposta do governo diante de problemas econômicos cruciais.

Essa tumultuada implementação também ressalta a dependência do Brasil das diretrizes do FMI e de outras instituições financeiras internacionais, o que levanta questões sobre a soberania econômica do país. A incapacidade de cumprir muitas das metas estabelecidas nos acordos sugere que essas políticas foram impostas sem levar em consideração adequadamente a realidade econômica e social do Brasil. Em última análise, esse período histórico destaca a necessidade de uma abordagem mais holística e adaptativa para a gestão econômica, em vez de depender excessivamente de instituições financeiras internacionais e de políticas que não são sensíveis às necessidades da população brasileira.

Embora o Consenso de Washington não seja exatamente idêntico ao Plano Brady, ambos estão relacionados às questões econômicas e à busca por soluções para a crise financeira enfrentada por muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. O Consenso de Washington propôs uma série de recomendações de política econômica que se concentravam na estabilização macroeconômica, na abertura econômica e na promoção do livre mercado. Essas recomendações eram frequentemente vistas como um conjunto de "boas práticas" que os países em desenvolvimento deveriam seguir para alcançar o crescimento econômico e a estabilidade financeira.

O Brasil implementou muitas dessas políticas durante a década de 1990, influenciado pelo Consenso de Washington, especialmente após a estabilização da economia com o Plano Real em 1994, mas é importante ressaltar que o Plano Real, mencionado como parte da influência do Consenso de Washington, foi uma política econômica notadamente ortodoxa. O Plano Real priorizou a estabilização da moeda e o controle inflacionário por meio de políticas monetárias rígidas, como a âncora cambial e taxas de juros elevadas para conter a inflação.

O Consenso de Washington e o Plano Brady, refletem as complexidades das respostas políticas e econômicas adotadas pelos países em desenvolvimento durante um período de crise financeira e mudanças estruturais. Suas implementações variaram em termos de sucesso e impacto, e suas influências moldaram a trajetória econômica de muitos países, incluindo o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o FMI desde BrettonWoods: 70 anos de história.** *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 469-496, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322014000200003>. Acesso em: 20 maio 2023.

ARAUJO, M. L. D. **Rompendo o pecado original - a mudança de postura nas recomendações do FMI entre o plano Baker (1985) e o plano Brady (1989): um estudo do caso brasileiro.** Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-06112015-155700/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BOUGHTON, James M. **Silent revolution: the international monetary fund, 1979-1989.** Washington: International Monetary Fund, 2001.

BOUGHTON, James M. **The IMF and the Force of History: Ten Events and Ten Ideas That Have Shaped the Institution.** IMF Working Paper, 2004. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0475.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CURI, R. L. **Um estudo sobre a evolução da estrutura social e da desigualdade no Brasil (1950-2010).** Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2015. (Cap. 2).

Empréstimos do FMI. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/howlendp.pdf>>.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Articles of Agreement of the International Monetary Fund.** Washington, DC, 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook, April 1985.** Washington, DC, 1985.

Key quotes on the global economy. **Reuters**, 26 jan. 2008.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. DA .. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população.** Revista de Saúde Pública, v. 29, n. 5, p. 403–414, out. 1995.

PEDRAS, G.B.V., “História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais”, in SILVA, A.C., CARVALHO, L.O. e MEDEIROS, O.L. (org.) **Dívida Pública: a experiência brasileira**, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2009.

PLANO BRADY, Discurso de Nicholas F. Brady ao Department of the Treasury, Brookings Institution e The Bretton Woods Committee. Conference On Third World Debt, Washington D.C., 1989.

SAMPAIO JR., P.A.S., **Padrão de Reciclagem da dívida externa e Política Econômica do Brasil em 1983 e 1984.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas: UNICAMP, 1988.

SILVA, Alessandra Kely da. **Brasil e o legado da década de 1980: crise e orientação da política econômica.** In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, 28-30 de agosto de 2017.